

APRESENTAÇÃO

por *Heleno Taveira Tôres*

Com muita satisfação, temos a honra de apresentar o livro ora editado pela Quartier Latin, “Industrialização e desenvolvimento: a economia política do ‘modelo brasileiro de desenvolvimento’”, de autoria do Professor António José Avelãs Nunes, Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, onde exerce atualmente as funções de Vice-Reitor, que consiste numa das mais importantes reflexões sobre um dos principais problemas do nosso País, objeto da sua Tese de Doutoramento, preparada em Paris e defendida na Universidade de Coimbra.

Tomei conhecimento desse estudo do ilustre Professor quando participávamos dos trabalhos da Comissão de Avaliação Trienal dos Cursos de Pós-Graduação em Direito (Mestrado e Doutorado), no âmbito da CAPES, em agosto de 2004. Em um dos nossos almoços, dizia-lhe das minhas preocupações sobre a necessidade de ordenar os trabalhos de uma urgente reforma tributária no País, com fins a promover o imprescindível desenvolvimento nacional, com redução da carga tributária sobre o consumo, maior investimento na fiscalização e na simplificação fiscal e estímulo à capacidade produtiva da indústria, o que é sempre prejudicado pela concentração de tributos que incidem em cascata, acompanhado de um perverso sistema de créditos que não permite afastar a cumulatividade latente.

No decurso da conversa, um dos Colegas presentes falou da Tese do Prof. Avelãs Nunes, em que se analisa o processo de industrialização e desenvolvimento do nosso País desde os anos trinta até ao fim do chamado “milagre econômico brasileiro”. Perante meu espanto, por nunca ter encontrado a obra nas livrarias, o Professor esclareceu que só poderia ter encontrado a edição mexicana do Fondo de Cultura Económica, uma vez que a sua Tese não tinha sido editada no Brasil, apesar de ter assinado um contrato de edição que lhe fora proposto por um grande editor. De pronto, manifestei minha disponibilidade para colmatar esta lacuna, oferecendo-me para tentar a edição brasileira da Tese, ao que me confessou ser uma enorme alegria para ele ver o seu trabalho editado no Brasil,

chamando-me, no entanto, a atenção para o fato de se tratar de uma obra já com alguns anos e que não faria sentido atualizar seu conteúdo, cabendo-lhe apreço segundo seu contexto. Pelo que ali ouvi, fiquei convencido, como os demais Colegas, de que a Tese mantinha plena atualidade, justificando-se inteiramente a sua edição para o público brasileiro.

A leitura posterior desta Tese confirmou-me no que antes fora pensado. Deime conta tratar-se de estudo fundamental para descortinar questões sobremodo complexas da relação entre *industrialização e desenvolvimento*, atemporal na sua dimensão científica, posto ter sido laborada sobre as fortes bases do pensamento desenvolvimentista, com especial emprego da obra do nosso teórico maior, o eminente Professor Celso Furtado, orgulho do nosso patrimônio intelectual, cujo último ato científico foi justamente a elaboração do magnífico Prefácio que acompanha esta edição, como que a selar, na fraterna e profícua amizade que mantiveram, o diálogo revelador e construtivo que as páginas desse livro renovam e dimensionam para as atuais e futuras gerações. E a oportunidade de sua chegada não poderia ter sido mais favorável.

Demonstrou Celso Furtado, em todos os seus escritos, somente ser possível alcançar desenvolvimento mediante um crescimento uniforme e coletivo, com superação de desigualdades sociais e promoção contínua de medidas para desconcentração de renda, vendo sempre o modelo latino-americano como incompatível com as doutrinas econômicas propostas e não se conformando com crescimentos pífios apresentados pelo País, à margem da vastidão de terras e de mão-de-obra, nunca se conformando com a dependência do capital estrangeiro que vivenciamos por tantas décadas. Daí marcar o surgimento da obra do Professor Avelãs Nunes como “a mais completa análise do complexo processo de superação do subdesenvolvimento, com ênfase especial no caso brasileiro”, conforme consta do seu Prefácio, por afastar-se do receituário neoliberal que condiciona desenvolvimento com dependência de investimentos externos. Coincidem, ambos, na aceitação incontestada de premência sobre uma reforma fiscal profunda, como projeto para a criação de “uma sociedade mais homogênea, corrigindo estruturas sociais frágeis e heterogêneas, posto que resultantes de alguns decênios de concentração de renda conjugada com baixo crescimento”, como assinala Celso Furtado.

Tenho dito em diversas conferências: no Brasil, não aplica a Constituição quem não a compreende, em qualquer momento da sua aplicação, como ordenadora de um Estado Social, a dirigir a atividade do Estado para a conformação de um desenvolvimento sustentado, mediante garantias de dignidade da pessoa humana e valoração social do trabalho e da livre iniciativa, como seus *fundamen-*

tos (art. 1º), e construção de uma sociedade livre, justa e solidária, com garantia ao desenvolvimento nacional, erradicação da pobreza e da marginalização, redução das desigualdades sociais e regionais e promoção do bem de todos, sem preconceitos, como seus *objetivos fundamentais* (art. 3º). É desde o *Preâmbulo* que se manifesta esse interesse no texto constitucional, ao dizer que se institui um “Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos”. E a seguir espraia-se por toda a Constituição, essa orientação axiológica, como se vê no próprio art. 170, ao determinar que nossa ordem econômica, além de outros valores, “tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social”. Desse modo, qualquer construção teórica responsável que se projete a discutir *desenvolvimento* no Brasil deve, como ponto de partida, consignar, como pressuposto, todo esse rol de disposições, das mais efetivas, posto revestirem a qualificação de direitos fundamentais, cuja eficácia é imediata, desde a entrada em vigor do texto constitucional. E justamente para ordenar idéias sobre como se deve pensar suas categorias mais relevantes, é que o presente estudo pode ser de farta utilidade, na esperança que se possa prestar à revisão de diversas medidas governamentais associadas ao crescimento econômico do nosso País, como a edição de planos de desenvolvimento regional e recuperação do equilíbrio social perdidos desde há muito.

O objetivo do livro que ora se apresenta, apesar de dirigir-se ao Brasil, como base empírica de testabilidade de suas proposições, consiste no esforço de compreensão crítica das teses monetaristas adotadas por países subdesenvolvidos e implicações com seus peculiares processos de desenvolvimento econômico. Com isso, na integração com a doutrina econômica nacional, certamente vicejará um proveitoso momento de reflexão, decerto auspicioso para um estimulante debate sobre a condução do nosso Estado, na busca de um crescimento que não comprometa políticas sociais; e, do mesmo modo, que estas não se prestem a fomentar populismos oportunistas ou mesmo forças de resistência às soluções da ordem econômica, desde que pensadas nos cancelos dos nossos interesses nacionais, com adequado equilíbrio no trato com os investimentos estrangeiros, cuja seriedade e respeito aos compromissos assumidos não podem ser prejudicados.

O Professor António José Avelãs Nunes nasceu em Portugal, em 16 de Dezembro de 1939 e concluiu o Curso de Direito na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra em 26 de outubro de 1962. Obstáculos levantados pela PIDE (polícia política de Salazar) impediram o seu ingresso na carreira da magistratura e atrasaram o início da sua carreira académica. Em Janeiro de 1967 foi,

finalmente, contratado como Assistente da Faculdade de Direito de Coimbra. Desde então, tem regido aulas práticas e aulas teóricas de *Economia Política*, *Finanças Públicas* e *Direito Público da Economia*, além das disciplinas de *Problemas Monetários Internacionais* e de *Economia* em Cursos de Pós-Graduação e Cursos de Mestrado. Em 1973/74 estagiou em Paris, como bolsista da *Fundação Calouste Gulbenkian*, tendo trabalhado no *Institut de Science Économique Appliquée*, sob a orientação do Prof. François Perroux, com vista à preparação da sua tese de doutoramento, que seria defendida em Coimbra, em 03 de Maio de 1984. Atualmente, é Professor Catedrático de nomeação definitiva dos quadros da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, após aprovação em concurso que se deu em 1995. Foi Diretor eleito da Faculdade de Direito de Coimbra durante dois mandatos, entre 1996 e 2000.

Como homem público, integrou vários Governos no período que se seguiu à Revolução dos Cravos. De Maio a Novembro de 1974 exerceu funções de Secretário de Estado (Vice-Ministro) dos Desportos e Acção Social Escolar, passando, de Dezembro de 1974 até 12 de Setembro de 1975, a ocupar-se das funções de Secretário de Estado do Ensino Superior e da Investigação Científica.

Dentre suas publicações mais importantes, encontram-se: *O Direito de Exclusão de Sócios nas Sociedades Comerciais* (distinguido pelo Conselho Escolar da Faculdade de Direito de Coimbra com o *Prémio Calouste Gulbenkian*), Almedina, 1968 e 2002, também editado pela editora Cultural Paulista, S. Paulo, 2001. *Do capitalismo e do socialismo* (polémica com Ian Tinbergen, Prémio Nobel da Economia), Vértice/Atlântida Editora, Coimbra, 1972. *Os Sistemas Económicos*, Coimbra, Almedina, 1973 (várias reimpressões posteriores). *Teoria Económica e Desenvolvimento Económico*, Lisboa, Editorial Caminho, 1988. *Industrialización y Desarrollo. La economía política del "modelo brasileño de desarrollo"*, México, Fondo de Cultura Económica, 1990. *O keynesianismo e a contra-revolução monetarista*, Coimbra, 1991 (depositária, Livraria Almedina). *Noção e Objecto da Economia Política*, Livraria Almedina, Coimbra, 1996. *Neoliberalismo e Direitos Humanos*, Rio de Janeiro São Paulo, Renovar, 2003 (também editado em Portugal, Editorial Caminho, 2003).

Suas relações com o Brasil não são recentes, e tanto em Portugal como aqui, sempre esteve presente em ocasiões importantes de interação académica ou institucional. Por exemplo, em 30 de Janeiro de 1985, foi encarregado pelo Conselho Científico da Faculdade de Direito de Coimbra para proferir o elogio académico do Presidente eleito do Brasil, Doutor Tancredo Neves, na cerimónia solene do seu doutoramento *Honoris Causa* pela Universidade de Coimbra. Em 1986, foi agraciado pelo Presidente da República Federativa do Brasil com a

Ordem do Rio Branco. Em Fevereiro de 1999, a Associação dos Advogados de Minas Gerais concedeu-lhe o Diploma e a Comenda “Professor Gerson Boson”, como “personalidade de destaque no ano de 1998”, pelos “relevantes serviços prestados à causa pública e ao aprimoramento das instituições democráticas e jurídicas”. Em 19 de fevereiro de 2002, o Conselho da Faculdade de Direito/Setor de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Paraná, concedeu-lhe *Voto de Louvor* “pela contribuição decisiva ao intercâmbio científico e cultural entre as as instituições [a Faculdade de Direito de Coimbra e a Faculdade de Direito da UFPR], conforme aprovado por unanimidade”. Mediante convite do Ministério da Educação do Brasil, participou, em 2001 e em 2004, como observador estrangeiro, nos trabalhos da Comissão de Avaliação Trienal dos Cursos de Pós-Graduação em Direito (Mestrado e Doutorado), no âmbito da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). Em junho/2005, a convite da Reitoria da Universidade de São Paulo, integrou a comissão de avaliação internacional do Departamento de Direito Econômico e Financeiro da Faculdade de Direito. Além disso, sempre que possível, tem proferido conferências sobre temas da sua especialidade, participado de bancas examinadoras de doutorado e outras atividades em diversas instituições do País. É membro correspondente da Academia Brasileira de Direito Constitucional. É membro do Conselho Editorial da Revista da Pós-Graduação em Direito da UFPR e da *Quaestio Iuris* (Revista da Pós-Graduação da Faculdade de Direito da UERJ). Em Maio/2005, o Conselho Universitário da UFAL concedeu-lhe o título de Professor *Honoris Causa*.

Por todas essas razões, só tenho a parabenizar a Editora Quartier Latin pelo qualificado trabalho editorial, renovar minhas homenagens ao prezado amigo e ilustre Autor dessa magnífica Obra, almejando que possa alcançar plenamente seus objetivos, prestando-se como importante referência nas discussões desenvolvimentistas do País, na construção do nosso futuro, que apenas começou.

Helena Taveira Tôres

Professor Livre-Docente de Direito Tributário da Faculdade de Direito da USP (Graduação e Pós-Graduação) e Professor de Direito Tributário Internacional dos Programas de Mestrado e Doutorado da PUC/SP Advogado.